



Veja o que foi pauta da 2ª reunião do GT da Área Ambiental no MGI

A Condsef/Fenadsef participou da segunda reunião do grupo de trabalho (GT) da Área Ambiental que aconteceu na última quinta-feira, 16, com o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), em Brasília. A entidade acompanha a implantação de cláusulas negociadas com o governo e integram o Termo de Acordo Nº 23/2024. Indenização de localidade, cláusula de barreira do Pecma e adicional de risco estiveram na pauta.

O secretário de Relações do Trabalho, José Lopez Feijóo apresentou avaliação jurídica envolvendo a inclusão da carreira ambiental na Lei 12.855/13, que trata de indenização para exercício em localidades de difícil lotação. Segundo Feijóo, há um entendimento no MGI da necessidade de inclusão da Área Ambiental na referida lei para recebimento da indenização, mas o MGI deve fazer adequações para avaliar as localidades onde a indenização se aplica.

Com relação à retirada da cláusula de barreira sobre servidores do Pecma (Plao Especial de Cargos do Meio Ambiente), o MGI informou que a MP

1.286/24, que trata dos reajustes dos servidores federais, publicada em 31 de dezembro, incluiu a queda do impedimento histórico do Pecma. Dessa forma, uma vez que a MP seja aprovada, sancionada e transformada em Lei, esse item do termo de acordo fica cumprido.

Já o debate sobre adicional de risco é ponto que ainda precisa ser aprofundado. O MGI alega que o entendimento é de que não há essa gratificação na administração pública. Os representantes dos servidores argumentam que esse pagamento é feito por órgãos do Judiciário. Ficou estabelecido que os representantes dos servidores encaminhariam ao MGI a legislação que embasa esse pagamento nos referidos órgãos, para que se possa fazer uma avaliação concreta de uma possível extensão à Área Ambiental.

A Condsef/Fenadsef segue acompanhando o andamento e cobrando o cumprimento dos acordos firmados com o governo. Além disso, a pressão é para que a lei orçamentária (LOA 2025) seja aprovada com urgência assim que o Congresso Nacional retornar do recesso para que os

CONVITE

Sua **IDADE**
CONTA **HISTÓRIAS**,
e **CUIDAR** da sua
SAÚDE MENTAL
as mantém
vivas.

SINDSEP MARANHÃO

Dia do Aposentado

O Sindsep convida seus aposentados(as) filiados(as) para participarem da comemoração do Dia do Aposentado, que irá acontecer dia 24 (sexta-feira), a partir das 9h, no Auditório Florise Pérola - IFMA Monte Castelo.

Na ocasião também haverá a palestra “Viver Melhor - Saúde Mental” com Guilherme Júnior, debate sobre o tema e logo após um cocktail festivo.

reajustes negociados a partir de 1º de janeiro desse ano sejam efetivamente pagos aos servidores.

Além da Condsef/Fenadsef e o MGI, participaram da reunião representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ibama, ICMBio, SFB, Conjur e Ascema.

Fonte: Condsef

LULA, RECEBA OS SERVIDORES!

Assine carta aberta que expõe política salarial que aprofunda distorções e promove a elitização no serviço público





Farsa do Pix mostra a verdadeira face da extrema direita que promove a fome e o caos

Com uma roupagem de defensores da família e da pátria, parlamentares da extrema direita têm se utilizado de falsos argumentos em suas redes sociais para atacar todo e qualquer avanço nas pautas sociais e nas que têm por objetivo melhorar a saúde, a educação, reduzir impostos e combater a fome.

Um exemplo mais recente foi a fake News de que o governo federal taxaria o PIX que mostra como um movimento orquestrado pela extrema direita tem fins eleitoreiros, mesmo que para isso eles atentem contra a economia do país e prejudiquem a população.

A mentira sobre o PIX amplamente divulgada pelo deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), que boa parte da população acreditou, apesar do desmentido do governo federal, de parte da imprensa e da deputada Érica Hilton (PSOL-SP), que num vídeo publicado em suas redes derrubou a farsa, mostra mais uma vez que é preciso regulamentar as redes sociais, pois a pseudo liberdade de expressão não pode ser utilizada para provocar pânico e desinformação para fins eleitoreiros. Veja abaixo como a extrema direita votou contra os interesses da população.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), diante das fake news, praticamente diárias, publicadas por deputados e senadores com o intuito de viralizar nas redes sociais, sem o menor compromisso com a economia e a democracia no país, criticou este tipo de atitude.

“Enquanto alguns se ocupam de plantar desinformação, de plantar mentiras, de ter adesão

a partir do discurso fácil de engajamento nas redes sociais, há muitas pessoas nesse país trabalhando para que o país resolva seus problemas”, disse Pacheco, na semana passada, durante o evento da sanção presidencial da reforma tributária.

As votações da extrema direita contra a população

A misoginia é constante na atuação desses parlamentares. Muitos foram contrários ao projeto de Igualdade salarial entre homens e mulheres. Foi a extrema direita que propôs que mulheres violentadas fossem obrigadas a terem o filho do estuprador e caso fizessem aborto, inclusive em fetos anencéfalos que não teriam chance de sobreviver nem um segundo ao nascer, fossem presas e cumpririam penas maiores do que o estuprador

Também não é à toa que a proposta da reforma tributária, que vai mudar o sistema de cobrança de impostos no país barateando alimentos e medicamentos, foi recusada por esses parlamentares. Veja a lista abaixo dos deputados e senadores que foram contrários à proposta, aprovada pelo Congresso no final de dezembro e que foi sancionada pelo presidente Lula na última semana.

Além da reforma tributária esses mesmos parlamentares já se posicionaram contra o fim da escala 6 X1 que deixa o trabalhador e a trabalhadora exercendo uma carga de horas abusivas de trabalho sem direito ao convívio familiar e social. Eles também aprovaram a taxaço das importações, atendendo aos pedidos dos empresários do país, o que ficou conhecido como o “imposto das blusinhas da Shein”.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi amplamente criticado pela extrema direita quando disse que o governo federal já estava com a proposta de isentar quem ganha até R\$ 5 mil mensais, em andamento. Tanto parlamentares da oposição ao governo Lula quanto o mercado financeiro e a mídia conservadora foram contrários a dar mais poder de compra ao trabalhador. No entanto, pedem cada vez mais isenções para suas empresas, sem dar nenhuma contrapartida e garantia de emprego.

Uma prova de que quando no poder eles não se importam com os mais pobres foi o fato de que nos quatro anos da presidência de Jair Bolsonaro, o salário mínimo não teve reajustes acima da inflação, como ocorria nos governos petistas.

O Partido Liberal que tem mais parlamentares defensores da pauta da direita, no qual o ex-presidente Bolsonaro e seu filho, o senador Flávio Bolsonaro, e o deputado federal Nikolas Ferreira são filiados, também orientou contra a votação do Imposto sobre Grandes Fortunas, assim como no caso da Taxação dos Fundos Exclusivos e Offshore, comprovando que a extrema direita sempre vota a favor dos muito ricos, deixando a classe média e os pobres de lado.

Por isso é importante que o trabalhador e a trabalhadora saibam quem de fato é contra a melhoria de vida do povo brasileiro. A lista dos nomes de quem votou contra a isenção e redução de impostos que barateiam alimentos e remédios pode ser vista no site da CUT - cut.org.br.

Fonte: CUT